

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

PREGÃO Nº 04/2022

(Processo Administrativo nº 15771.720.803/2022-44)

1. OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços comuns de engenharia, mais especificamente de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de material e equipamentos, com possibilidade de subcontratação de serviços complementares e necessários às atividades típicas da manutenção predial preventiva e corretiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$)
1	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva por meio de Equipe Residente que inclua os postos de um oficial de manutenção predial (cbo 5143-25), um técnico de ar-condicionado e refrigeração (cbo 9112-05), um instalador hidráulico (cbo 7241-10) e um posto de oficial eletricitista (cbo 9511-05), incluindo os materiais de uso direto, comum e rotineiro, necessários à prestação dos serviços, sejam eles de uso individual do profissional ou de uso coletivo da Equipe Residente. Tal item inclui, ainda, estimativa de custo de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos postos, a ser executada nos casos em que se fizer necessário fornecimento de serviços ou materiais para sanar eventos imprevisíveis .	serviço	1	701.695,75

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

2	Fornecimento de serviços de apoio e serviços especializados e materiais complementares e necessários às atividades típicas da manutenção predial preventiva e corretiva, mas que não fazem parte das atribuições e competências técnicas, conforme CBO, dos membros da Equipe Residente ou que, por força de necessidade comprovada, sejam imprescindíveis para apoio pontual na execução de tarefas determinadas para a Equipe Residente. Tais serviços e aquisição de materiais seriam aqueles sugeridos/solicitados pela Contratada, cabendo à Contratante decidir pela necessidade, baseada no Plano de Trabalho e neste Termo de Referência.	serviço	1	192.845,75 (observar na planilha modelo o custo unitário máximo aceitável de cada um dos serviços e postos de apoio que compõem o valor total deste item)
	Valor total do Grupo	Vigência de 20 meses		894.541,50

- 1.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, VIII do Decreto nº 10.024/2019, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Prestação de serviços de manutenção predial, de segunda a sexta-feira, dias úteis, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em horário comercial. Prestação de serviços fora do horário comercial, aos sábados, domingos ou feriados será eventual, em caso de extrema necessidade e sob agendamento prévio, ou em casos de emergência.
- 5.1.1.1. Em casos de emergência que ocorra fora do horário de expediente dos ocupantes dos postos, a Contratada deverá, por meio de sua equipe própria de apoio, prestar atendimento emergencial. Desta forma, a Contratada deverá disponibilizar contato telefônico de sua central que atenda 24 horas, sete dias da semana.
- 5.1.1.2. A carga horária semanal não deverá, em regra, ultrapassar 44 horas semanais. Caso ultrapasse, devido à emergência ou extrema necessidade, deverá ser realizada compensação dentro de 90 dias, e tal compensação deverá ser solicitada 7 dias úteis antes de usufruídas, cabendo à Contratada agendá-las de maneira a não prejudicar a execução dos serviços.
- 5.1.2. Fornecimento de equipamentos, materiais, ferramentas e peças;
- 5.1.3. Dentre os serviços a serem contratados por meio deste processo licitatório estão:
- a. Instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva e higienização dos aparelhos de ar-condicionado Split e controle da qualidade do ar;
 - a1. Manutenção preventiva, manutenção corretiva e higienização dos aparelhos de ar-condicionado Central.
 - b. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hidráulicos;
 - c. Manutenção preventiva e corretiva, instalação e remoção do cabeamento estruturado de rede lógica e telefonia;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- d. Manutenção preventiva e corretiva de geradores, nobreaks, estabilizadores, cabine primária, cabine secundária, quadros elétricos e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), equipamentos de prevenção a incêndio;
- e. Manutenção preventiva e corretiva da estrutura, alvenaria, fachada e pintura;
- f. Serviços de chaveiros, vidraçaria, marcenaria, serralheria;
- g. Montagem, desmontagem e reparo de móveis, reparo de eletrodomésticos, higienização de bebedouros;
- h. Reparos, instalação e remoção de equipamentos de qualquer natureza, fios e cabos, dentro da disciplina de manutenção predial citadas neste instrumento, excluindo-se aqueles previstos expressamente em outros contratos de prestação de serviços, como os de PABX e Rede Lógica (TI);
- i. Manutenção preventiva da Cabine Secundária (Trimestral);
- j. Relatório anual de Inspeção Termográfica (40 quadros Elétricos) e equipamentos vinculados
- k. Relatório anual do sistema de Incêndio (Bombas e seus acionadores manuais, hidrantes, registros gaveta, Central de Alarmes, Sprinklers e Detectores de Fumaça e Temperatura)

5.1.4 Serão permitidas subcontratações, conforme previsto no item 13 deste Termo de Referência;

5.1.5. Não será permitida a participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio.

5.1.6. Não será permitida a participação de cooperativas

5.1.7. Em relação aos documentos de habilitação, serão exigidos atestados de capacidade técnica que comprovem que a licitante já executou serviços de manutenção predial em edifícios comerciais e/ou industriais, por meio da quantidade mínima de quatro postos, conforme determinado pela Instrução Normativa Seges 05/2017

5.1.8. A exigência de atestado para quantidade mínima de 4(quatro) postos, que prestem serviços de manutenção predial, deverá ser atendida pelo prazo mínimo de 36 meses, ou seja, a licitante deverá comprovar que presta ou prestou serviços de manutenção predial em instalações comerciais e/ou industriais pelo prazo mínimo de 36 meses com 4 postos concomitantes durante esse prazo, que não precisará ser consecutivo

5.1.9. a licitante deverá comprovar possuir registro ativo no CREA e/ou CAU na jurisdição de São Paulo, condição obrigatória conforme as normas vigentes para as empresas do ramo.

5.1.10. A licitante deverá comprovar possuir um Engenheiro Civil e um Engenheiro Elétrico responsáveis em sua equipe (membros do quadro permanente da licitante), ambos com registro ativo no CREA e que apresentem, cada um deles, sua Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

da região pertinente, nos termos da legislação aplicável onde conste a experiência na respectiva área (civil ou elétrica conforme a especialidade).

- 5.1.11. Quanto à habilitação econômico-financeira, serão solicitados o Balanço Patrimonial e a comprovação de que os índices de liquidez sejam maiores que um. Além disso, a licitante deverá comprovar que o Patrimônio Líquido é igual ou maior que 10% do valor do contrato. O Capital Circulante Líquido da empresa deverá ser de, no mínimo, 16,66% do valor contratual.
- 5.1.12. A licitante deverá declarar de que instalará escritório a um raio máximo de até **100 km do local** de prestação dos serviços a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da INSEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.
- 5.1.13. serviço continuado com mão de obra com dedicação exclusiva por meio de Equipe Residente composta por quatro postos;
- 5.1.14. duração inicial do contrato de 20 (vinte) meses
- 5.1.15. Ao final do contrato, a Contratada deverá apresentar relatório técnico atualizado assinado pelos responsáveis técnicos acerca das condições das instalações sob sua responsabilidade, providenciando e mantendo atualizados os registros cadastrais das instalações e equipamentos abrangidos pelo contrato.
- 5.1.15.1. Cinco dias úteis antes do fim do contrato, a Contratada deverá recepcionar a nova empresa que dará continuidade aos serviços e passar todas as informações necessárias acerca das condições das instalações e equipamentos do prédio, estando disponível para sanar qualquer tipo de dúvida da nova contratada.
- 5.1.15.2. Ainda, durante mais 10 dias úteis após finalizado o contrato, deverá responder eventuais dúvidas de sua substituta dentro do prazo de 48 horas.
- 5.1.16. Soluções de mercado pesquisadas:
- 5.1.16.1. Solução A: Contratação de serviços apartados por meio de várias empresas especialistas em sua determinada área técnica. Considerado inviável técnica, econômica e administrativamente, conforme justificativas nos Estudos Técnico Preliminares
- 5.1.16.2. Solução B: Contratação de uma só empresa por meio de prestação de serviços com Equipe totalmente remota. Considerado inviável devido às necessidades do local, conforme justificado nos Estudos Técnico Preliminares.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

5.1.16.3. Solução C: Contratação de empresa que preste todos os serviços tanto por meio de Equipe Residente, quanto por meio de Equipe acionada sob demanda. Tal modelo foi considerado o mais viável, conforme justificativas **expostas nos Estudos Técnico Preliminares, e será o adotado nesta contratação.**

5.1.17. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.1.18. Os postos não terão necessidade de se deslocarem para atender outros prédios, no entanto, a Contratada será responsável por pesquisas de preços nos casos em que se fizerem necessários para atendimento de demandas; compras de materiais; transporte de equipamentos da Contratante para realização de conserto, quando for necessário; transporte de resíduos e materiais de descarte até os pontos de coleta; etc., procedimentos que podem envolver custos com transporte.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 11 horas e das 13:30 às 16:30, devendo o agendamento ser efetuado com um dia de antecedência, pelo endereço: licitacao.sp.alfspo@rfb.gov.br.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Fotos e filmagens poderão ser realizadas com autorização do servidor responsável nos locais por ele autorizados;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 7.2.3. Todas as questões do licitante deverão ser enviadas por e-mail para licitacao.sp.alfspo@rfb.gov.br e serão respondidas por escrito pelo mesmo meio e publicadas no comprasnet, caso tais pedidos de esclarecimento sejam apresentados dentro do prazo do edital. A Equipe de Licitação e a Comissão de Planejamento não se responsabilizam por qualquer manifestação verbal durante a visita com o fim de servir de base para elaboração de proposta.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os serviços serão prestados de acordo com o Plano de Trabalho disposto no Adendo A deste Termo de Referência, além de incluir todos os serviços elencados no item 5 deste Termo de Referência;
- 8.2. Os serviços serão prestados no prédio sede situado à Avenida Celso Garcia, 3580, Tatuapé, São Paulo/SP, dentro dos horários e carga horária previstos, sendo controlado o ponto por meio eletrônico a ser disponibilizado pela empresa contratada;
- 8.3. A execução dos serviços será iniciada em **17/02/2023**, na forma que segue:
- 8.3.1. No primeiro dia da prestação de serviços, a empresa deverá apresentar o quadro completo da Equipe Residente – 4 postos, indicar preposto e Engenheiros Responsáveis pelas áreas de Civil e Elétrica;
- 8.3.2. No primeiro dia da prestação deverá ocorrer reunião, registrada em ata, entre o representante da Contratante, o Fiscal Técnico, o Fiscal Administrativo, o preposto e os Engenheiros responsáveis pela Contratada.
- 8.3.3. O quadro completo da Equipe Residente deverá comparecer no primeiro dia apresentando comprovação de experiência mínima de 1 ano na área de manutenção predial.
- 8.3.4. Para o posto de Técnico em Ar-Condicionado, a contratada deverá comprovar que o ocupante tem experiência mínima de 1 ano na área de manutenção deste equipamento e conhecimento em manutenção de ar-condicionado central.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

8.3.5. Para o posto de Oficial Eletricista, a contratada deverá comprovar que o ocupante tem experiência mínima de 1 ano na área de manutenção elétrica e apresentar comprovação de formação na área.

8.4. Caberá à Equipe Residente executar o roteiro do Plano de Trabalho, sendo exceção apenas os casos em que houver necessidade de Técnico especializado que não faça parte daquela Equipe; tal situação ocorreria quando a atividade envolver atribuições além daquelas elencadas no CBO da categoria.

8.4.1. A prestação de serviços que requerer conhecimento técnico especializado que extrapole as atribuições do CBO de cada posto deverá ser executada por equipe especializada da contratada, ou por empresa subcontratada especialista, nos casos em que a subcontratação é autorizada.

8.4.2. Serviços técnicos especializados, conforme subitem anterior, serão agendados conforme cronograma do Plano de Trabalho, comunicados à Contratante com antecedência – vide procedimento no item 8.8 -, e pagos de acordo com a proposta da licitante – item 02 do Grupo 01 desta contratação -, após ateste dos serviços.

8.5. Serviços cuja prestação seja incerta, sendo imprevisíveis, não constando no Plano de Trabalho, e demandarem mão de obra especializada que não faça parte da Equipe Residente, mas que faça parte do escopo do item 5 – por exemplo, quebra de uma porta de vidro, serviços de chaveiro, mau funcionamento dos elementos da cabine primária que demandem manutenção corretiva ou reparo/conserto de molas hidráulicas das portas – serão demandados e serão pagos após concluído e atestado o serviço.

8.5.1. Serviços e materiais cuja prestação seja incerta, sendo imprevisíveis, não constando no Plano de Trabalho, mas que estejam previstos no item 02 do Grupo 01 desta contratação serão pagos conforme proposta e terão seus valores reajustados conforme este Termo de Referência, em cláusula própria.

8.5.2. Serviços e materiais cuja prestação seja incerta, sendo imprevisíveis, não constando no Plano de Trabalho, e que não estejam previstos no item 02 do Grupo 01, tampouco nas atribuições da Equipe Residente, serão demandados e pagos após a conclusão e ateste da execução, conforme regra própria deste Termo de Referência, em obediência à jurisprudência do TCU.

8.5.3. Serviços cuja prestação seja incerta, sendo imprevisíveis, não constando no Plano de Trabalho, mas que poderão ser prestados pela Equipe Residente de acordo com as atribuições de seu CBO-MTE, não poderão ser cobrados à parte, devendo fazer parte da parcela fixa da proposta, item 01 do Grupo 01 desta

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

contratação, custo da mão de obra, uma vez que o posto já presta seus serviços em regime de dedicação exclusiva.

- 8.6. A lista de materiais e equipamentos de uso rotineiro e direto pela Equipe Residente consta no Plano de Trabalho e deverá ser entregue assim que iniciada a execução do contrato e ser reposta sempre que necessário, sem custos adicionais para Contratante, pois a Contratada deverá prever em sua proposta o custo mensal e anual dos materiais no campo de “insumos” na planilha referente à mão de obra residente.
- 8.7. Mesmo que na proposta da contratada conste o valor da mão de obra em hora-técnica, no caso de abertura de demanda para serviços, sejam eles previstos no Plano de Trabalho ou não, a unidade de medida no formulário de abertura de demanda não poderá ser a hora técnica, devendo ser mensurada a quantidade de demanda por meio de critérios objetivos como metro linear, metro quadrado, unidade de produto, etc., a depender do tipo de serviço ou material demandado e conforme estabelecido na tabela SINAPI ou outra tabela de referência utilizada na construção civil.
- 8.7.1. Após a abertura da demanda, utilizando-se unidade de medida objetiva, conforme item anterior, será realizada a conversão tendo por base o valor da hora-técnica para se chegar ao valor devido.
- 8.7.2. A conversão deverá ser realizada conforme produtividade da tabela SINAPI ou outra tabela de referência utilizada na construção civil.
- 8.7.3. Caso não haja condições de realizar a conversão, não havendo em qualquer tabela oficial produtividade que possa ser aplicada ao caso, restando apenas a hora-técnica, o fato deverá ser justificado nos autos.
- 8.8. A Contratada deverá submeter ao fiscal técnico do contrato o relatório contendo a necessidade do serviço ou material e sua justificativa, seja nos casos em que o serviço ou necessidade de aquisição de material já esteja prevista no Plano de Trabalho (eventos programados e executados sob demanda/agendamento, item 02 do grupo 01 desta contratação), seja nos casos de eventos imprevisíveis.
- 8.9. Caso o fiscal técnico decida pela necessidade de tal prestação, realizará a autorização para execução e o pagamento será realizado conforme valores que foram indicados na proposta da Contratada.
- 8.10. Caso o serviço ou material não estejam previstos na proposta, na situação de evento imprevisível, a Contratante solicitará os orçamentos à Contratada.
- 8.10.1. A contratada deverá obter o preço do serviço ou material por meio da tabela SINAPI, TCPO ou outra que possa substituí-las de caráter oficial. Restando infrutífera a pesquisa por meio dessas tabelas, em 3 orçamentos junto a fornecedores. O desconto oferecido na proposta deverá ser lançado sobre o preço do **menor orçamento**, ou sobre o valor encontrado na tabela oficial, e,

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

após lançado o desconto, somar seu BDI, incluindo neste, todos os tributos e custos indiretos envolvidos na transação.

8.10.2. Tais orçamentos deverão ser apresentados para o Fiscal Técnico e a Contratante fará a conferência de tais orçamentos junto ao mercado para atestar a vantajosidade do preço. Sobre tal valor, também será lançado o desconto conforme proposta e depois somado o BDI.

8.10.3. Caso julgue necessário, o Fiscal do Contrato ou Fiscal Técnico, poderão realizar mais orçamentos a fim de confirmarem os valores apresentados, inclusive, poderão diligenciar a fim de verificarem qualquer suspeita de sobrepreço.

8.10.4. Nos orçamentos deverão constar as identificações dos fornecedores (nome da empresa e CNPJ), bem como descrição clara do serviço ou material e a data de sua emissão).

8.10.5. O fiscal do contrato, com base no valor apresentado, consultará o Setor Financeiro sobre a disponibilidade de recursos a fim de autorizar o prosseguimento do serviço ou compra de material.

8.11. O preposto da contratada deverá responder em até 24 horas as demandas enviadas pela contratante, seja com referência a documentação (parte administrativa) seja relativo aos serviços prestados (parte técnica).

8.12. A contratada deverá emitir nota fiscal de venda dos materiais sempre que necessário.

8.13. A contratada poderá subcontratar parte dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência.

8.14. Todos os serviços, subcontratados ou não, incluem fornecimento de material e equipamentos, incluindo peças de reposição.

8.15. Quando o serviço envolver manutenção corretiva de equipamentos da Contratante, a Contratada deverá providenciar o transporte, quando o serviço não puder ser efetuado no próprio local de instalação, desde a sede da Contratante até o local onde será executada a manutenção, sem ônus adicional para a Contratante, providenciando também o seu retorno até o local de origem, quando do término dos serviços.

8.16. A Contratante não fornecerá transporte de qualquer tipo para a realização de serviços, devendo a Contratada estimar o custo mensal de tal serviço em sua planilha no momento da proposta.

8.16.1. Da mesma forma, o transporte e descarte de resíduos tais como entulho, equipamentos e peças quebrados, lâmpadas queimadas etc., deverá ser realizado pela Contratada seguindo todas as normas ambientais vigentes e não poderá gerar custos adicionais para a Contratante.

8.17. Emitir Relatório Técnico Mensal – RTM de todas as atividades desenvolvidas conforme Plano de Trabalho e atendimento de eventos imprevisíveis, assinado e datado pelos responsáveis

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

técnicos da contratada, especificando todos os sistemas e instalações que foram verificados na rotina, suas condições, problemas encontrados e medidas tomadas nos casos em que se fizerem necessárias correções e/ou ajustes.

- 8.18. A Contratante poderá designar Técnico terceirizado para assessorar o acompanhamento dos serviços prestados pela Contratada, a fim de garantir a qualidade dos serviços.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, conforme Plano de Trabalho, Anexo a este Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.
- 9.2. A lista de insumos (materiais, equipamentos, ferramentas, peças) de uso comum, direto e rotineiro pela Equipe Residente é exemplificativa, devendo a Contratada suprir a Equipe com todos os itens necessários para a execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. Edifício de 7400 metros quadrados de área construída, em um terreno de 1674 metros quadrados;
 - 10.1.2. Dez pavimentos: subsolo, térreo, terraço e sete andares de escritórios com varanda envidraçada;
 - 10.1.3. Todas as varandas possuem pia e torneira;
 - 10.1.4. Dois Sistemas de Ar-condicionado central, com idade superior a 40 anos;
 - 10.1.5. Aparelhos de ar-condicionado split;
 - 10.1.6. Sessenta extintores - O custo com recarga dos extintores e possibilidade de teste hidrostático já estão previstos no item 02 do Grupo 01 desta contratação, sendo pago após execução completa do serviço. Já as peças e componentes dos extintores, caso seja necessário serem trocadas ou mesmo todo o conjunto, deverão entrar na parcela variável do contrato (20%, item 01 do G1 para serviços imprevisíveis)
 - 10.1.7. Um Nobreak de 150 kva (possui 64 baterias VRLA MOD PGP1270 12V70Ah);
 - 10.1.8. Gerador Cummins Luftec 150kva
 - 10.1.9. Disjuntor de média tensão e transformadores

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 10.1.10. Estabilizador
- 10.1.11. Quarenta quadros elétricos
- 10.1.12. Quanto a quantidade total de dutos da instalação de ar-condicionado em metros lineares: são 8 pavimentos, cada pavimento com dois equipamentos, cada equipamento com 25 metros de dutos. Dutos flexíveis de aproximadamente 1600 metros lineares de 8 polegadas. Aproximadamente 512 saídas de A/C em todo o edifício. Ressaltamos que os materiais aqui especificados não deverão fazer parte dos custos fixos na planilha, mas sim dos custos variáveis. Ou seja, somente serão adquiridos/trocados se necessário. Caso o valor de tais materiais extrapole o teto do valor variável, realizaríamos licitação diversa para aquisição.
- 10.1.13. Trinta e seis mangueiras contra incêndio
- 10.1.14. Caso haja a necessidade de balancim para execução de alguma atividade, o custo específico fará parte da parcela variável – eventos imprevisíveis. Informamos ainda, que a fachada deste edifício passou por processo de reforma recentemente e que os serviços de pintura periódica da fachada serão licitados em processo a parte.
- 10.1.15. Sistema hidráulico de água fria passou por reforma há um ano, com troca de toda tubulação e impermeabilização dos reservatórios;
- 10.1.16. Reservatório 1 - localizado no Térreo para consumo. Capacidade: 50m³ dividido em 2 X 25m³ (interligados) Reservatório 2 - Localizado na Cobertura para Consumo e Sistema de incêndio 54m³. Capacidade: 36 m³ (consumo) 18m³ (sistema de incêndio);
- 10.1.17. Estimativa de descarte de resíduos: 100 lâmpadas por ano e tipos diversos de entulho: 10m³ por ano
- 10.1.18. Adaptações para possibilitar emissão de novo AVCB estão em andamento até a presente data.
- 10.1.19. quando o serviço envolver alterações que impactem a estrutura do edifício, e for necessário um laudo técnico e um projeto básico para realizar tal interferência, o serviço será licitado a parte deste contrato, como serviço ou obra de engenharia;
- 10.1.20. Conforme últimos entendimentos do TCU, a prestadora de serviços de manutenção predial deverá emitir nota fiscal dos materiais fornecidos por ela, quando estes forem fruto da parcela variável do serviço. Desta forma, incluímos na planilha, obedecendo tal entendimento, conforme Acórdão TCU 1238/2016 - Plenário, o percentual de desconto sobre a tabela SINAPI que a licitante vai oferecer e o percentual de BDI que vai cobrar, a fim de que possam lançar nesse

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

cálculo todos os tributos e encargos para a emissão da nota fiscal questionada. Os órgãos públicos não podem mais, a partir de tais Acórdãos, trabalhar com a figura do ressarcimento por meio de notas fiscais de terceiros.

- 10.1.21. Necessidade de instalação de ponto eletrônico às custas da empresa contratada;
- 10.1.22. Prédio possui sala para a equipe residente com mesa, cadeiras e armários, rede elétrica, internet e telefone, onde a empresa poderá estocar seu material, além de vestiário com chuveiro e copa com micro-ondas e geladeira;
- 10.1.23. Endereço próximo, a pé, de estação de trem e metrô, além de malha com várias linhas de ônibus;
- 10.1.24. Endereço próximo a ecoponto de recolhimento de resíduos;
- 10.1.25. Não possui estacionamento para prestadores de serviços ou visitantes;
- 10.1.26. Possui contrato em vigor para manutenção de elevadores;
- 10.1.27. Possui contrato em vigor de Assessoria de Fiscalização para serviços de engenharia, incluindo, assessoria de fiscalização diária para serviços de manutenção predial;
- 10.1.28. O preposto poderá realizar seu trabalho remotamente, mas poderá ser convocado na sede, quando for necessário, para responder sobre assuntos pontuais. O preposto não poderá ser um dos profissionais da Equipe Residente, devido à impossibilidade de acumular todas as funções;
- 10.1.29. A Contratante não fornecerá veículos para execução de serviços da Contratada.
- 10.1.30. A Contratante não fornecerá equipamentos e ferramentas para execução de serviços de contratada.
- 10.1.31. A Contratante não exigirá que todos os equipamentos e ferramentas de uso programado quinzenal, mensal, bimestral, etc estejam estocados nas instalações do edifício, podendo a contratada disponibilizá-los apenas no momento da utilização.
- 10.1.32. A responsabilidade pelo controle do estoque de materiais da Contratada caberá apenas a esta, e sua equipe residente deverá comunicar imediatamente ao seu preposto sobre a necessidade de reposição de materiais ou EPI e, no caso dos serviços não serem prestados dentro dos prazos ou com má qualidade devido à falta de material, será descontado da fatura, conforme IMR.
- 10.1.33. A contratada deverá emitir nota fiscal de venda dos materiais com seu próprio CNPJ, nos casos em que se fizerem necessários, principalmente

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

quando a demanda da Contratante não envolver a prestação de serviços, envolvendo apenas a aquisição dos materiais.

10.1.34. No item 02 do Grupo 01 consta relação em planilha de custos dos serviços a serem prestados conforme Plano de Trabalho que deverão ser pagos **apenas após execução completa, tratando-se de serviços que não poderão ser realizados pela Equipe Residente, vez que se referem a serviços especializados**. No mesmo item constam as previsões de consumo de horas-técnicas de profissionais que poderão ou não serem utilizados durante a vigência contratual, a depender da necessidade da Contratante. A licitante deverá prever em sua proposta todos os custos diretos e indiretos para tais serviços e materiais, sabendo de antemão que o pagamento somente será liberado caso o serviço seja executado e a nota seja atestada.

10.1.35. Está previsto que, apenas o posto residente de eletricitista receberá adicional de periculosidade. Na eventualidade de ser necessário acompanhamento para realização de procedimento na cabine primária, a Contratada deverá demandar à Contratante horas-técnicas adicionais de outro eletricitista, conforme item 02 do Grupo 01. Além disso, já está prevista a possibilidade de subcontratação de manutenção na cabine primária, que também deverá constar no item 02 do Grupo 01, o que praticamente excluiria a necessidade de apoio de um segundo eletricitista para esse caso.

10.1.36. **ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 53.151, DE 17 DE MAIO DE 2012**

Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

CAPÍTULO I Fato Gerador e Incidência

Art. 1º. - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da seguinte lista, ainda que não constitua a atividade preponderante do prestador:

(...) 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

(...)

Art. 18. O valor do Imposto será calculado aplicando-se à base de cálculo a alíquota de:

(...)III - 5,0% (cinco por cento) para os demais serviços descritos na lista do caput do artigo 1º deste regulamento.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 11.10.1. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Apresentar comprovação da qualificação profissional conforme exigências deste Termo de Referência, de cada um dos membros da Equipe Residente e, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, apresentar comprovação de qualificação profissional dos seus técnicos que vierem a prestar serviços para a Contratante, mesmo que em caráter eventual;
- 12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

- 12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 12.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia, técnicas empregadas e documentos sem perda de informações, a fim de que a contratada que venha a

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

substituí-la tenha todas as informações sobre o edifício atualizadas, tendo condições de prosseguir com os trabalhos de manutenção.

- 12.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, uniformizados e munidos com E.P.I, fornecendo os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.28. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução dos serviços;
- 12.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 12.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.33. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo.”
- 12.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.35. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço (escritório da Contratada) para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.36. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.37. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.37.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

12.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

12.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

12.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

12.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.39.4.1. o transporte e descarte de resíduos tais como entulhos, equipamentos e peças quebrados, lâmpadas queimadas etc., deverá ser realizado pela Contratada seguindo todas as normas ambientais vigentes e não poderá gerar custos adicionais para a Contratante.

12.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.42. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 12.43. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 12.44. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.45. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 12.46. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.47. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.48. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 12.48.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - 12.48.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - 12.48.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 12.49. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

12.50. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

12.50.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12.51. Enviar para a Contratante Relatório Técnico Mensal – RTM assinado pelos responsáveis técnicos e datado com as verificações previstas no Plano de Trabalho e atendimentos de eventuais imprevistos.

12.52. Deverá apresentar, ao final do contrato, relatório atualizado acerca das condições das instalações sob sua responsabilidade, providenciando e mantendo atualizados os registros cadastrais das instalações e equipamentos abrangidos pelo contrato.

12.52.1.1. Cinco dias úteis antes do fim do contrato, a Contratada deverá recepcionar a nova empresa que dará continuidade aos serviços e passar todas as informações necessárias acerca das condições das instalações e equipamentos do prédio, estando disponível para sanar qualquer tipo de dúvida da nova contratada.

12.52.1.2. Ainda, durante mais 10 dias úteis após finalizado o contrato, deverá responder eventuais dúvidas de sua substituta dentro do prazo de 48 horas.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação

13.1.2. São permitidas as seguintes subcontratações, para intervenções que exijam conhecimento ou recursos técnicos ou ferramentas e materiais específicos:

- A. Recarga anual de Extintores (60 Extintores no Edifício na presente data);
- B. Laudo de qualquer natureza das instalações predial de interesse da contratante.
- C. Serviços de Chaveiro;
- D. Análise anual da qualidade do ar, com emissão de laudo técnico;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- E. Tratamento químico da água – manutenção mensal da qualidade da Água (Torre Alpina);
- F. Assessoria para renovação do AVCB;
- G. Higienização periódica do sistema de ar-condicionado central;
- H. Serviços de Vidraceiro (Troca de Mola para porta de vidro, porta de vidro e troca de vidros/ janelas);
- I. Aluguel de Caçambas;
- J. Serralheiro (conserto de portas, Portão, grades, concertina);
- K. Marceneiro;
- L. Conserto e/ou Manutenção de Moto bombas;
- M. Manutenção preventiva e corretiva do Gerador;
- N. Manutenção corretiva e preventiva de Nobreak;
- O. Manutenção e conserto de Trituradoras de papel;
- P. Manutenção corretiva e preventiva da Cabine Primária;
- Q. Manutenção corretiva da Cabine Secundária;
- R. Desativação e remoção de equipamentos de interesse da contratante
- S. Elaboração de PPRA e PCMSO.

13.2. Apesar de ser permitida a subcontratação nos casos acima elencados, a subcontratada deverá apresentar Certidão negativa de tributos federais e municipais, além de certidão negativa trabalhista e comprovar que não tem pendências com o recolhimento do FGTS. Fora tais exigências, não serão permitidas as subcontratações de empresas impedidas de licitar.

13.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4.1. São vedadas:

13.4.1.1. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

13.4.1.2. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 15.14. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 15.15. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail.
- 15.16. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 15.17. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 15.18. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 15.19. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 15.20. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- 15.20.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 15.20.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
 - 15.20.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 15.20.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 15.20.5. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 15.20.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 15.20.7. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 15.20.8. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 15.20.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 15.21. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 15.21.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - 15.21.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - 15.21.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 15.21.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 15.21.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 15.22. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - 15.22.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 15.22.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 15.22.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 15.22.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 15.23. É facultado à Contratante exigir, caso verifique ser necessário, que a cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada encaminhe termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprove a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 15.23.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 15.23.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 15.23.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 15.24. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 15.25. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados nos subitens 15.20.1 a 15.20.3 acima deverão ser apresentados.
- 15.26. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 15.27. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 15.28. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 15.29. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.30. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

15.31. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.31.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.31.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

15.31.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

15.32. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.33. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.33.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.34. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

15.35. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.35.1. Verificar in loco se as rotinas determinadas no Adendo ao Termo de Referência estão sendo cumpridas;

15.35.2. Conferir orçamentos entregues pela Contratada;

15.35.3. Conferir materiais e peças entregues pela Contratada

15.35.4. Conferir os uniformes e EPI

15.35.5. analisar relatórios emitidos pela contratada decidindo sobre a necessidade de prestação de serviços eventuais não previstos no Plano de Trabalho ou sobre o fornecimento de materiais não previstos na lista do Plano de Trabalho

15.23. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

15.24. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, a avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo XIV do edital, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Assiduidade e pontualidade da Equipe Residente, ou seja, disponibilidade dos postos dentro dos horários predeterminados;

16.2.1.1. Atrasos, faltas sem cobertura, ou abandono do posto durante o horário do expediente gerará glosa, tendo por unidade de medida hora/posto.

16.2.2. Prazo de atendimento das demandas, a depender do prazo dado pelo Fiscal do Contrato para cada caso;

16.2.2.1. Atrasos no atendimento da demanda gerarão glosa, tendo por unidade de medida o dia útil;

16.2.3. Efetividade na execução dos serviços, ou seja, se executou o serviço com eficiência e eficácia, adotando procedimentos seguros, econômicos, ágeis dentro do possível e se atingiu o objetivo com nenhum erro ou com o mínimo de erros escusáveis.

16.2.3.1. A efetividade na execução dos serviços, sejam eles de rotina ou sob demanda, constando ou não no Plano de Trabalho, receberá nota de 1 a 4, sempre começando o serviço com a contagem de 4 pontos e descontando pontos ao longo da execução, caso não se mostre satisfatório.

16.2.4. Disponibilidade dos equipamentos, materiais, peças e qualquer outro utensílio necessário à execução dos serviços;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

16.2.4.1. A contratada sofrerá glosa caso não tenha a sua disposição os equipamentos, materiais, peças e ferramentas necessários para realizar os serviços, tendo por unidade de medida, a unidade de equipamento/peça/material.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

- 17.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
 - 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Com relação à parcela do contrato referente à mão de obra com dedicação exclusiva, item 01 do Grupo 01 desta Contratação:

19.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

19.1.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

19.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

19.1.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

19.1.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

19.1.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

19.1.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 19.1.5.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 19.1.6. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 19.1.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 19.1.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 19.1.7.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 19.1.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 19.1.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 19.1.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 19.1.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 19.1.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.1.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

19.1.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.1.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.1.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.1.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.1.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

19.1.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 19.1.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 19.1.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 19.1.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 19.1.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 19.1.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 19.1.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 19.1.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 19.1.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 19.1.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 19.2. Com relação aos custos de serviços e materiais do item 02 do Grupo 01 desta Contratação, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 19.2.1. O orçamento estimado pela Administração para o item 02 do Grupo 01 baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI do mês setembro do ano de 2022 para os postos de apoio do item 02, e, para serviços especializados, baseou-se em pesquisas de preços junto a fornecedores (23/08/2022 a 01/11/2022), além de contratações públicas homologadas nos últimos seis meses, conforme relatório de pesquisa de preços juntado aos autos.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 19.3. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados sofrerão reajuste automático e de ofício após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice **INCC** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 20.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 20.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	04
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	03
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	03

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas nos Estudos Técnicos Preliminares, em plena validade;
 - 22.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à prestação de serviços de manutenção predial em edifícios comerciais e/ou industriais, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:
 - 22.3.2.1. Quantidade mínima de quatro postos concomitantes pelo prazo de 36 meses, consecutivos ou não.
 - 22.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 22.3.3.1. Assinatura do emissor;
 - 22.3.3.2. Identificação do Contratante;
 - 22.3.3.3. Prazo de prestação dos serviços;
 - 22.3.3.4. Quantidade de postos;
 - 22.3.3.5. Identificação do objeto da contratação.
- 22.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;
- 22.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica responsável da licitante, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- 22.3.5.1. Para os Engenheiros Civil e Elétrico serviços de Engenharia nas suas respectivas áreas.
- 22.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor desta licitação.
- 22.3.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 22.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

22.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.3.10. A licitante deverá declarar de que instalará escritório a um raio máximo de até **100 km do local** de prestação dos serviços a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da INSEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: R\$ 894.541,50 (oitocentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), para a vigência de vinte meses.

22.4.2. Valores unitários:

22.4.2.1. Item 01: R\$ 701.695,75 (setecentos e um mil seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)

22.4.2.2. Item 02: R\$ 192.845,75 (cento e noventa e dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Observar na planilha modelo, anexa ao edital, o custo unitário máximo aceitável de cada um dos serviços e postos de apoio que compõem o valor total deste item.

22.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, **será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, sendo que entende-se por custo unitário:**

22.5.1. **o custo total do item 01 e,**

22.5.2. **no item 2, o seu valor total e, também, o custo de cada um dos serviços e mão de obra individualmente previstos.**

22.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor máximo aceitável para a contratação será:

23.1.1. R\$ 894.541,50 (oitocentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), para a vigência de vinte meses.

23.1.2. Valor mensal de R\$ 44.727,07 (quarenta e quatro mil setecentos e vinte e sete reais e sete centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 170533
Fonte de Recursos: 0332251030
Programa de Trabalho: 04122003220000001
Elemento de Despesa: 339037
Plano Interno: OUTRCUSTEIO

25. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

25.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

25.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

25.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

25.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

- 25.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
 - 25.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - 25.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
 - 25.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
 - 25.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 25.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
 - 25.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
 - 25.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 25.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
 - 25.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 25.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 25.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 25.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 25.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 25.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 25.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

25.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

25.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

25.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

25.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

25.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

26. UNIFORMES

26.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

26.1.1 uniformes – reposição/quantidades conforme planilha de custos

2 calças de sarja ou tecido similar, sem componentes metálicos;

2 jalecos manga longa ou jaquetas de sarja ou tecido similar, sem componentes metálicos;

3 camisas manga curta em algodão;

1 suéter/blusão em algodão, manga longa, sem componentes metálicos;

1 par de botas ou sapato impermeável com solado em borracha antiderrapante e biqueira de proteção
– não pode conter componentes metálicos;

3 pares de meia de algodão;

1 crachá de identificação com foto, nome e tipo sanguíneo

26.1.2 E.P.I – reposição/quantidades conforme planilha de custos

máscaras de proteção respiratória pff2, proteção contra poeira e névoa, para uso durante tarefas que emitam resíduos

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Máscaras de TNT tripla proteção, com clipe nasal e elásticos para fixação nas orelhas, proteção contra vírus e bactérias

Luva de borracha latex antiderrapante

Luva isolante de borracha classe 00 2,5kv

Abafador de ruído tipo concha, abafamento mínimo de 20db

Capacete classe B, tipo II, com jugular, adesivo de identificação do funcionário visível na área externa do casco com nome de identificação, função e tipo sanguíneo;

Cinta lombar para suporte e proteção da coluna

Óculos de segurança para eletricitista com proteção UVA e UVB, FILTRO UV com eficiência mínima de 90%, tratamento anti-risco

Luvas de raspa de couro

Luva tricotada pigmentada em nylon com punho em elástico

Protetor fácil em policarbonato rígido de alta resistência para proteção mecânica contra partículas volantes multidimensionais.

Outros componentes de EPI que se fizerem necessários para garantir a segurança do usuário. Todos os equipamentos de EPI deverão seguir as normas de segurança aplicáveis, não sendo aceitos itens que não garantam a segurança do usuário.

26.2 Caso a Contratada entregue itens de EPI que não atendam às exigências das normas de segurança vigentes, será notificada para que, dentro de 48 horas, promova a substituição do(s) item(ns).

26.3 Um conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

26.3.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

26.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

26.5 O Fiscal do Contrato conferirá as peças entregues dos uniformes e EPI, não aceitando uniformes usados, em mau estado, fora do tamanho correto do usuário ou que causem algum empecilho para o desempenho e segurança do serviço; EPI fora das normas vigentes de segurança também não serão aceitos.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- Anexo I – Estudos Preliminares;
- Anexo II – Plano de Trabalho

Karen Ilca Iguchi
Chefe do Sepol

Mario Kobuchi
Fiscal Técnico

Martinho Fernando Fuzato
Fiscal Administrativo

Thais Massue Takeuchi
Chefe-Substituta Sepol